

Reempréstimo: governo não ignorava corrupção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Palácio do Planalto tinha prévio conhecimento de que o **relending** — mecanismo pelo qual o dinheiro depositado no Banco Central em favor dos credores é reemprestado internamente — havia aberto uma brecha para que os bancos internacionais aumentassem seus lucros, como aconteceu por ocasião da renegociação da fase II da dívida externa do País, em 1983 e 1984.

Quando Francisco Dornelles ainda era ministro da Fazenda, a Presidência da República foi alertada sobre a "corrupção" nesta área por um documento produzido pelo então assessor do ministro João Sayad, Paulo Nogueira Batista Júnior, que se demitiu recentemente, voltando às atividades acadêmicas no Rio.

Foi a partir desse documento — que não mencionava cifras — que houve uma decisão do Banco Central, posteriormente, de disciplinar o reempréstimo de recursos depositados no BC, em conta bloqueada, a favor dos credores. Além disso, foi adotada outra atitude: o setor estatal não terá acesso aos futuros reempréstimos, que deverão começar em agosto, assim que os bancos internacionais formalizarem sua aprovação às negociações concluídas (fase III) no final do ano passado.

O diretor para assuntos de dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que é o negociador junto ao comitê de assessora-



Seixas proibiu comissões

mento, em Nova York, garantiu que as empresas privadas que terão acesso ao **relending** estarão proibidas de pagar comissões "por fora", e que os bancos estrangeiros deverão contentar-se em receber a taxa de juros, na forma contratada, mais o **spread** de 1,25%.

As comissões "por fora" — pagas geralmente pelas empresas estatais federais e estaduais — teriam resultado em um lucro extra de US\$ 300 milhões para os bancos, conforme uma reportagem do **Jornal do Brasil**, publicada domingo. O jornal enumerou seis casos, entre eles um empréstimo contraído pela Nuclebrás, em 1984, que teria pago uma comissão

extra de 1,25% a título de **participation fee** (taxa de participação), mas que o consórcio alemão KWU arcou com o desembolso, pelo menos oficialmente. O empréstimo foi feito junto a um grupo de bancos (sindicato) liderado pelo alemão Dresdner Bank.

Outro caso citado é o da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em 1984, no valor de US\$ 120 milhões. A empresa pagou uma comissão de 0,5% sobre o valor total do empréstimo, sob o título de **management fee** (taxa de administração), no valor de US\$ 600 mil e quitada em moeda estrangeira, e mais outra taxa extra de 4% de **participation fee**, equivalente a US\$ 4,6 milhões e paga em cruzeros. O JB citou o Bank of America como o líder do sindicato que fez os empréstimos à Cesp.

A ciranda dos reempréstimos terminou em setembro do ano passado. Fontes oficiais explicam que os bancos estrangeiros somente cobravam taxas extras por eles porque "havia uma concorrência acirrada" por esses recursos e que, mesmo englobando o "por fora", estes empréstimos ficavam mais baratos que os recursos tomados internamente, com o agravante de que eram escassos. Esse expediente, entretanto, abria caminho para a "corrupção da dívida externa", principalmente nas empresas públicas. E esse foi o motivo principal para que as estatais federais, dos Estados e dos municípios fossem afastados do esquema, a partir de agora.